

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA

CLEIANY VANDRISSE SOUSA

**UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS
JBS E BRF NOS ANOS DE 2015 A 2017**

DOURADOS/MS

2019

CLEIANY VANDRISSE SOUSA

**UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS
JBS E BRF NOS ANOS DE 2015 A 2017**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Me. Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima

Banca Examinadora:

Professor (a): Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Professor (a): Me. Marcelo Chaves de Jesus

DOURADOS/MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S725a Sousa, Cleiany Vandrisse
Uma análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas JBS e BRF nos anos de 2015 a 2017 [recurso eletrônico] / Cleiany Vandrisse Sousa. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima.
TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Evidenciação contábil. 2. Diretrizes GRI. 3. Indicadores de sustentabilidade. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Lima, Fernanda Évilin De Jesus Fortunato. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS JBS E
BRF NOS ANOS DE 2015 A 2017

CLEIANY VANDRISSE SOUSA

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Me. Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima

(Presidente)

Dr^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

(Membro)

Me. Marcelo Chaves de Jesus

(Membro)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar as informações divulgadas pelos relatórios de sustentabilidade das empresas BRF e JBS no período de 2015 a 2017. O relatório de sustentabilidade consiste em uma ferramenta de comunicação entre as empresas e a sociedade, no que tange aos aspectos de desempenho social, econômico e ambiental. A abordagem deste estudo contempla os indicadores evidenciados pelas empresas a fim de analisar sua evolução no decorrer do tempo, visto que a abordagem de sustentabilidade no meio corporativo proporciona diversas vantagens e possibilidades para a organização. Diante disto, a pesquisa procura conceituar a relevância da sustentabilidade corporativa, como também apresentar os relatórios existentes sobre sustentabilidade. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma análise documental, dados secundários através dos relatórios de sustentabilidade das empresas BRF e JBS, em especial o modelo de relatório do GRI (*Global Reporting Initiative*). A pesquisa se configura como documental, descritiva e bibliográfica. Os resultados apontam uma evidenciação de informações ambientais, sociais e econômicas, por parte das empresas, porém, pelo fato das empresas pertencerem ao mesmo segmento empresarial, existe indicadores que apresentam uma evolução pouco expressiva.

Palavras-chave: Evidenciação contábil, indicadores de sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; diretrizes GRI.

ABSTRACT

This article aims to present the information disclosed by the sustainability reports of BRF and JBS from 2015 to 2017. The sustainability report consists of a communication tool between companies and society, regarding the aspects of social, economic and environmental performance. The approach of this study contemplates the indicators evidenced by the companies in order to analyze their evolution over time; it is observed that the approach of sustainability in the corporate environment provides several advantages and possibilities for the organization. In view of this, the research seeks to conceptualize the relevance of corporate sustainability, as well as to present the existing reports on sustainability. For this, a bibliographic research was carried out, followed by a documentary analysis of secondary data through BRF's and JBS's sustainability reports, in particular the report of the GRI (Global Reporting Initiative). The research is configured as documentary, descriptive and bibliographical. The results point to a lack of environmental, social, and economic information on the part of companies. However, due to the fact that the companies belong to the same business segment, some indicators do not have a very expressive temporal evolution.

Keywords: Accounting evidence, sustainability indicators, sustainable development; GRI guidelines.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - BRF categoria econômica.....	30
Figura 02 - BRF categoria ambiental.	30
Figura 03 - BRF categoria social.....	31
Figura 04 - JBS categoria econômica.....	32
Figura 05 - JBS categoria ambiental.....	32
Figura 06 - JBS categoria social.....	33
Figura 07 - Médias da dimensão econômica da BRF e JBS de 2015 a 2017	34
Figura 08 - Médias da dimensão ambiental da BRF e JBS de 2015 a 2017	34
Figura 09 - Médias da dimensão social da BRF e JBS de 2015 a 2017.	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Indicadores do GRI.....	26
Quadro 02 - Dimensão Social: Subcategorias.....	35
Quadro 03 - Correlação Intraclasse (ICC) variáveis do Disclosure Voluntário.....	45
Quadro 04 - Cálculo de correlação intraclasses (ICC)	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações com Investidores IBRI
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
SEC	Securities and Exchange Commission
FASB	Financial Accounting Standards Board
B3	Bolsa de Valores Oficial do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ROL	Receita Operacional Líquida

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2 REVISÃO TEÓRICA	15
2.1 TRIPLE BOTTON LINE	15
2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	16
2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	18
2.3.1 <i>Balanco Social</i>	18
2.3.2 <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	19
2.4 TEORIA DOS STAKEHOLDERS	21
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	23
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE	24
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	25
3.3.1 <i>Coefficiente De Correlação Intraclasse (ICC)</i>	25
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1 DADOS DA BRF	29
4.2 DADOS DA JBS	31
4.3 ANÁLISE DE DADOS	33
4.4 CORRELAÇÃO INTRACLASSE.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICE A – QUADRO DE EXPLICAÇÃO DA CORRELAÇÃO INTRACLASSES	45
APÊNDICE B – INDICADORES GRI.....	47

1 INTRODUÇÃO

O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho econômico, social e ambiental das empresas (BENITES; POLO, 2013). O mundo corporativo entende a importância das questões socioambientais, com cada vez mais consciência de que toda realização em prol da sustentabilidade deve ser reportada de forma clara, consistente e confiável.

Elaborar relatórios de sustentabilidade que tratam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações vem sendo uma prática incorporada por empresas localizadas em diversos países. Um número crescente de empresas tem percebido os benefícios da adesão a este tipo de relatório, que auferem maior transparência e integridade sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações, tornando-o, desta forma, uma importante força motriz para o desenvolvimento de uma relação melhor entre sociedade, organização e meio ambiente (CAMPOS *et al.*, 2012).

As novas relações societárias do mundo contemporâneo como a globalização, os avanços tecnológicos, as mudanças políticas, o crescimento econômico acelerado e o rápido processamento das informações, têm causado grandes impactos na sociedade. Como agentes precursores dessas novas relações, os governos e as grandes empresas acarretam também as responsabilidades que suas atividades vêm causando para a sociedade e para o meio ambiente (GUIMARÃES, 2009).

No decorrer de tantos anos, a exploração dos recursos ambientais para a produção de bens e serviços vem tornando esses recursos cada vez mais escassos ou irrecuperáveis para garantir a produção para as futuras gerações ou até mesmo para a geração atual (SANTOS, 2014).

Decorrente disso, a sociedade vem exercendo forte pressão sobre o governo e empresas para a redução dos impactos negativos que tais atividades têm causado, entre eles cita-se a poluição da atmosfera, degradação do meio ambiente, escassez e poluição de lençóis freáticos, como também, desemprego, corrupção, discriminação e desigualdades sociais. Conseqüentemente, governos e empresas têm procurado praticar suas atividades de forma sustentável, conciliando a responsabilidade de promover soluções que satisfaçam as necessidades de uma população sem comprometer os recursos para as gerações futuras (GUIMARÃES, 2009).

O Guia Exame de Sustentabilidade, da Revista Exame (2017), relata que no Brasil, aproximadamente 448 empresas publicam relatórios de sustentabilidade. Porém, desde 2007 uma nova atitude vem sendo tomada pelas organizações brasileiras, onde 60 empresas brasileiras usam o padrão GRI para a publicação de relatórios de sustentabilidade.

O modelo de relatório da *Global Reporting Initiative (GRI)* consiste em um modelo de relatório mundialmente difundido e tem por finalidade medir e certificar as empresas em questões de transparência e governança corporativa, incluindo também indicadores econômicos, ambientais, sociais, dentre eles, de esfera trabalhista, direitos humanos, sociedade e produtos.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI, 2012), relata que 62% das empresas emitem relatório de sustentabilidade, 17% pretendem emití-lo, enquanto 21% deles responderam que não o fazem. Além disso, a maioria das empresas (79%) utiliza o padrão internacional *Global Reporting Initiative* na hora de relatar suas ações socioambientais para empresários e consumidores (PROGETTI, 2014). Mas a pesquisa feita não especifica quais são as empresas e seus setores empresariais.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

As empresas e a sociedade compreendem cada vez mais a condição do desgaste dos recursos naturais, de limitação e das consequências negativas do desenvolvimento para com o meio ambiente. As organizações despertaram para adoção de práticas socioambientais e começaram a demonstrar preocupação com questões de cunho social e também ambiental. A adoção desse novo modelo gerencial no contexto corporativo significa inovação no negócio empresarial, foco nos *stakeholders* e motivação para novos relacionamentos empresariais e com os acionistas, como também interação com a sociedade.

A adesão aos relatórios de sustentabilidade é extremamente voluntária e busca facilitar a comunicação entre a empresa e a sociedade, como também apresentar riscos e oportunidades, e gerar reputação corporativa (BASSETTO, 2010). Cabe destacar que, as organizações podem elaborar o seu relatório de sustentabilidade ou aderir um modelo existente, quais podem ser o Balanço Social ou GRI. Por se tratar de um relatório não obrigatório, as organizações possuem total liberdade para escolher as informações que desejam evidenciar.

Diante da relevância de evidenciar informações de cunho social, econômico e ambiental, e do aspecto voluntário em que as empresas divulgam geralmente informações positivas sobre

sua atuação no mercado e ainda compreendendo os benefícios gerados pela transparência de gestão das empresas, surge então o problema de pesquisa deste trabalho: Quais as informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas BRF e JBS?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos consistem em designar o que se pretende com o estudo e quais os resultados a serem alcançados. Para os objetivos deste trabalho foram avaliados os relatórios de sustentabilidade das empresas JBS e BRF, com uma análise qualitativa e descritiva para apresentar seus indicadores socioambientais evidenciados.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as informações divulgadas pelos relatórios de sustentabilidade das empresas BRF e JBS no período de 2015 a 2017.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as informações evidenciadas pelas empresas JBS e BRF no período de 2015 a 2017;
- Apresentar os índices de evidenciação dos indicadores socioambientais das empresas JBS e BRF no período de 2015 a 2017.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os assuntos ambientais estão evoluindo em nível de importância no seio da comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, do desenvolvimento de produtos e passivos legais. A inclusão da proteção ambiental entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração. Cada vez mais os administradores precisam lidar com situações em que, parte do patrimônio das empresas é simplesmente ceifada pelos processos que envolvem o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente, independentemente desses danos serem remediados ou não (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Ferreira (2006, p. 41) cita que “o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”. Já Braga (2007, p. 14) afirma que incorpora assim à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócios focado no desenvolvimento sustentável.

Uma gestão ambiental eficiente viabiliza a identificação e o aprimoramento das atividades desempenhadas pela empresa. Este sistema favorece o cumprimento de exigências ambientais obrigatórias e as que são adotadas voluntariamente, ajudando assim a organização a realizar alterações na cultura empresarial, por meio de ações ambientais incorporadas às habituais ações já desempenhadas (TIBOR; FELDMAN, 1996).

O estudo justifica-se por tratar de informações relevantes sobre a preocupação sobre sustentabilidade por parte das empresas e por abordar o tema de sustentabilidade alocando a divulgação de informações de duas empresas pertencentes ao agronegócio, sendo elas BRF e JBS.

Como uma ciência social, a contabilidade deve assumir uma nova postura, contribuindo na gestão socioambiental através da elaboração de relatórios que demonstram além dos dados financeiros e econômicos, atuação das entidades para a melhoria das condições sociais, e as medidas adotadas para a preservação do meio ambiente (FERREIRA *et al.*, 2009).

O fato de identificar poucos artigos divulgados abordando o tema de contabilidade e sustentabilidade, juntamente com o objetivo de contribuir com as pesquisas que circundam a respeito do contexto do desenvolvimento sustentável na educação superior, surgiu a necessidade de pesquisar os relatórios do GRI disponibilizados pelas empresas, tomando como base a referência em práticas ambientalmente sustentáveis, colaborando desta forma, do ponto de vista teórico e prático para a formação dos acadêmicos de ciências contábeis.

2 REVISÃO TEÓRICA

A identificação dos fatores relativos ao desenvolvimento sustentável tornou necessária a criação de mecanismos e maneiras que apontem, indiquem, anunciem ou estimem os níveis e impactos das atividades humanas, bem como suas possíveis tendências de ocorrência (VAN BELLEN, 2007).

Neste cenário, através do conjunto de Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, surge uma iniciativa de caráter não-governamental que estabelece uma proposta de relatório de sustentabilidade empresarial envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental, o chamado *triple botton line* (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009). O Conceito de *triple botton line* reflete sobre a necessidade de as empresas ponderarem em suas decisões estratégicas sobre a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ambiental ao manter ecossistemas vivos, com diversidade. (VELLANI, RIBEIRO, 2010).

Em virtude dos seus *stakeholders* internos, as empresas também têm interesse em ampliar o *disclosure* em sustentabilidade empresarial caso notem benefícios na disponibilização dessas informações, a exemplo da ampliação do retorno de seus investimentos, associação de imagem positiva junto a consumidores, redução no custo de capital de terceiros, bem como no subsídio para alcance de eficiência dos arranjos produtivos a sua adequação quanto à utilização dos recursos naturais, buscando a constituição de vantagem competitiva (PORTER, 1990).

O estudo tem como alvo o discernimento do grau de evidenciação dos indicadores do *GRI* e conseqüentemente a apresentação da atuação da contabilidade na administração das informações socioambientais, e na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

2.1 TRIPLE BOTTOM LINE

Sob a temática do Desenvolvimento Sustentável está proclamado o *Triple Bottom Line*, que associa os conceitos de sustentabilidade ao de um compromisso da sociedade e das empresas, não somente para a evolução de seus indicadores econômicos e financeiros, mas também das suas ações sociais e no meio ambiente. Nesse sentido, as atividades produtivas e transformadoras que servem a sociedade e promovem a economia e o desenvolvimento deverão

estar sintonizadas em três pontos distintos: a viabilidade econômica, a responsabilidade social e a responsabilidade ambiental (VASQUES *et al.*, 2007).

Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*) conjuga a importância da harmonia de aspectos econômicos, sociais e ambientais para o alcance da dignidade da pessoa humana e manutenção da ordem econômica, inclusive o meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado. Neste tripé estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer a formulação. Anteriormente, uma empresa era sustentável se tivesse economicamente saudável, ou seja, tivesse um bom patrimônio e um lucro sempre crescente, mesmo que houvesse dívidas (PEREIRA, 2014).

Essencialmente, a ideia do tripé da sustentabilidade é que as empresas obtenham sua licença para operar não somente satisfazendo os seus acionistas através de lucros e dividendos, mas pela satisfação simultânea de outros *stakeholders* da sociedade (empregados, comunidades, clientes e outros), através do melhor desempenho no aspecto ambiental e social (SIGMA PROJECT, 2014).

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A sustentabilidade empresarial surge com o objetivo de gerar informações que envolvam a interação da empresa com o meio ambiente, e que sejam úteis para a tomada de decisão dos usuários internos e externos, enquanto veículo de divulgação das informações ambientais, pode oferecer ferramentas necessárias ao controle e divulgação do processo de gestão ambiental implantado pelas empresas, de acordo com os objetivos fixados (SOUZA; RIBEIRO, 2004).

Nas últimas décadas, a degradação ambiental vem ganhando maior visibilidade, fazendo com que as empresas que utilizam recursos naturais e poluem o meio ambiente tomassem atitudes quanto à preservação e recuperação ambiental. Os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente refletem no seu mercado de atuação e na imagem da organização perante a opinião pública. Diante disso, as companhias passaram a incorporar a questão ambiental nos seus relatórios, adotar sistemas de gestão ambiental e investir em procedimentos que reduzam os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente (ROVER, 2007).

A gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável. O processo de gestão ambiental nas empresas está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas sobre o meio ambiente. Estas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que

condições serão despojados os resíduos, proibem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, volume de esgoto que pode ser lançado, dentre outras práticas (DIAS, 2007).

O progressivo acesso à informação aproximou investidores, empresas e sociedade; paralelamente, a conscientização ambiental aumentou com o processo de globalização. Por consequência os investidores vêm optando por empresas com práticas sustentáveis, que tendem a apresentar, no longo prazo, retornos financeiros superiores às demais (GRECCO, 2013). Na área empresarial a preocupação com a sustentabilidade tem se generalizado, e um grupo mais envolvido com esta inquietação criou uma entidade voltada a sustentabilidade empresarial, ligada ao movimento internacional de empresários com este foco (ALTENFELDER, 2004).

A sustentabilidade empresarial tende a expor as empresas a novas reflexões estratégicas e operacionais. Esta exposição obriga a uma reorientação ao nível da gestão, numa resposta aos desafios do conceito de desenvolvimento sustentável. Paralelamente, este novo contexto coloca às empresas o imperativo de medição de desempenho condicente, obrigando a uma reestruturação dos seus modelos de avaliação (MAMEDE, 2013).

Inúmeros são os motivos que levam as empresas a aderir ao movimento pelo social, razões essas que nem sempre são assumidas publicamente. Diante dessa preocupação com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, medidas foram desenvolvidas para avaliar a valorização das ações de empresas que investem em responsabilidade social e ambiental, pois os investidores consideram que essas empresas gerem valor para os acionistas no longo prazo, tendo em vista que estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais (MACHADO *et al.*, 2012).

Um dos objetivos fundamentais das empresas com fins lucrativos é obter o maior retorno possível sobre o capital investido. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente natural e as questões sociais. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando for necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem danos ao meio ambiente e mesmo estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002).

Diante deste contexto, surgem os relatórios de sustentabilidade que são considerados uma resposta direta e transparente das ações praticadas pelas empresas durante seu processo produtivo.

2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os relatórios de sustentabilidade têm por finalidade tornar transparente as ações das organizações, divulgando práticas adotadas nas esferas sociais, ambientais, econômicas, governança corporativa e estrutura organizacional.

Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para as partes interessadas, sejam internos ou externos, através de um documento, do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. No Brasil, o relatório de sustentabilidade é voluntário, e as organizações podem elaborar o mesmo por meio da utilização de indicadores específicos, ou através de relatórios desenvolvidos por entidades preocupadas com o tema (GRI, 2018).

Os relatórios oferecem uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da empresa, incluindo informações tanto positivas como negativas. As empresas são vistas como um conjunto integrado de sistemas que interagem com o ambiente externo e interno, que transmite informações a partir de um enfoque sistêmico (GRI, 2018).

Dos modelos adotados de relatórios de sustentabilidade, pode-se citar o Balanço Social e o Modelo adotado pelo GRI, que serão abordados na sequência.

2.3.1 Balanço Social

No Brasil, a ideia de Balanço Social surgiu no início da década de 1980 e teve o sociólogo Betinho seu grande defensor. Através do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, entidade a qual presidia, Betinho iniciou uma verdadeira cruzada em prol do Balanço Social (MACHADO *et al.*, 2012).

Adams e Zutshi (2004, p. 32) declaram que “o Balanço Social da empresa é o processo de comunicar os efeitos sociais e ambientais das suas ações econômicas para grupos com interesses particulares na sociedade e para a sociedade em geral”. Tinoco (2002, p. 27) afirma que “o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa a evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários”. Diante dos diferentes modelos que podem ser

adotados pelas empresas para evidenciar informações sociais, ambientais e econômicas, cabe destacar o conceito de Balanço Social, porém, o enfoque deste trabalho consiste em apresentar e analisar informações evidenciadas pelo modelo de relatório do GRI.

2.3.2 *Global Reporting Initiative (GRI)*

Segundo Christofi, Christofi e Sisaye (2012), o receio com a preservação ambiental se iniciou no meio dos anos 50 e 60 quando a industrialização teve intenso impulso governamental. Mas seu conceito foi difundido por Brundtland (1989), primeira ministra da Noruega, que ao longo do Fórum sobre Mudança Global e Nosso Futuro Comum, abordou sobre as complicações ambientais de políticas públicas. Dentre outros progressos políticos, convém ressaltar, a conferência sobre meio ambiente, ECO-92 no Rio de Janeiro, 1992, que instituiu metas ambientais presentes até os dias de hoje, que são atualizadas constantemente.

O Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização presente mundialmente, que busca estabelecer padrões de relatórios para uma melhor evidenciação das áreas social, ambiental e econômica; estes por sua vez, compõem o tripé da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), permitindo identificar, mensurar e divulgar dados sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelas organizações (CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012). Nos Estados Unidos existem duas grandes organizações que têm como objetivo emitir normas e regulamentos sobre o assunto: *Securities and Exchange Commission (SEC)*, órgão governamental que protege investidores e mantém o mercado competitivo e eficiente; e *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, que procura estabelecer e melhorar os padrões da contabilidade financeira e suas divulgações através de demonstrativos de entidades não governamentais, fornecendo informações aos investidores e outros usuários de relatórios financeiros. Já no Brasil a evidenciação ambiental não é obrigatória por lei (MADALENA *et al.*, 2016).

De acordo com GRI a organização tem como objetivo principal desenvolver e disseminar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, inclusive segregando as diretrizes para setores específicos. Para tanto, vem desenvolvendo padrões que promovam a fácil comparabilidade, dando maior credibilidade às diretrizes.

Algumas das grandes empresas, basicamente as de capital aberto e que têm ações na Bolsa de Valores (B3), já perceberam o quão importante é a divulgação de suas preocupações com o meio ambiente, seja para terem credibilidade e confiabilidade diante dos vários usuários

dessa informação, seja pelos reflexos que essa divulgação tem em termos de capacidade competitiva (GASPARINO; RIBEIRO, 2007).

A B3 é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. Sociedade de capital aberto, cujas ações (B3SA3) são negociadas no Novo Mercado, a Companhia integra os índices Ibovespa, IBrX-50, IBrX e Itag, entre outros. Reúne ainda tradição de inovação em produtos e tecnologia e é uma das maiores em valor de mercado, com posição global de destaque no setor de bolsas (B3, 2019).

A ação da B3, bolsa de valores oficial do Brasil, em cooperação da GRI tem como intuito de estimular a consciência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua incorporação gradativa à estratégia empresarial. A pesquisa é realizada anualmente e é ordenada com o papel da B3 em evoluir e aperfeiçoar o mercado de capitais no País, ao estimular as boas práticas de transparência e de gestão entre as empresas pautadas:

A primeira divulgação de resultados do “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” apresenta os esforços das empresas listadas na B3 em publicar relatórios de sustentabilidade ou integrado levando em conta os ODS, um conjunto de 17 objetivos globais definidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre as companhias consultadas, 147 responderam ao questionário, o equivalente a 33% do total das listadas na Bolsa. Dessas 147, 40% divulgam seus relatórios considerando os ODS, estão elaborando, pretendem ou estão estudando a possibilidade de como considerar os ODS em seus relatórios. São 60 empresas que estão levando em conta os ODS em seus relatórios, 7 que estão elaborando seus relatórios levando em conta os ODS e 36 empresas que pretendem ou estão avaliando a possibilidade de ter os ODS em seus relatórios de sustentabilidade ou integrados. (B3, 2018)

Os subsídios fornecidos pelo GRI têm sido preconizados por vários autores. Dias, Siqueira e Rossi (2005), menciona que o GRI é “considerado o mais sofisticado dos balanços sociais [...] exigindo desde informações sobre impacto ambiental da atividade da empresa até avaliações qualitativas do resultado dos investimentos sociais”. Crowther e Aras (2008, p. 14) e Adams e Evans (2004, p. 97), declaram que este modelo está sendo considerado o menos suscetível às tendências, fornecendo às organizações que o adotam indicadores não enviesados para que sejam incluídos no seu Relatório Social, dando maior garantia referente à independência do relatório e dando-lhe uma credibilidade adicional.

2.4 TEORIA DOS STAKEHOLDERS

De acordo com Roberto e Serrano (2007) o termo ‘*stakeholder*’ teria surgido pela primeira vez em 1963, num memorando interno do *Stanford Research Institute*, como designação para aqueles grupos de interlocutores (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores, sociedade). *Stakeholder* inclui aqueles indivíduos, grupos e outras organizações que têm interesse nas ações de uma empresa e que têm habilidade para influenciá-la (SAVAGE *et al.*, 1991).

Donaldson e Preston (1995), por sua vez, expõem a teoria dos *Stakeholders* como o assunto de que todas as pessoas ou grupos com preferências reais que pertencem uma empresa.

A teoria dos *stakeholders* foi descrita em três abordagens: a descritiva, a instrumental e a normativa. A abordagem descritiva da teoria dos *stakeholders* encarrega-se da reflexão sobre passado, presente e futuro das relações entre a organização e os seus *stakeholders*, ela pode ser utilizada para descrever e/ou explicar características e comportamentos específicos das empresas com relação aos *stakeholders*, ou seja, o que a gestão da empresa pensa sobre os grupos interessados na organização e como as empresas estão administrando seus *stakeholders* (DONALDSON; PRESTON, 1995; JONES, 1995).

Sobre o aspecto descritivo, Brenner e Cochran (1991) oferecem dois propósitos para a teoria: descrever como as organizações operam e auxiliar no prognóstico do comportamento organizacional. Dessa forma, a teoria seria utilizada para descrever, e algumas vezes explicar, comportamentos específicos e características das empresas. Em relação ao aspecto instrumental, a teoria seria utilizada para identificar conexões, ou a ausência delas, entre a administração dos *stakeholders* e o alcance de tradicionais objetivos das empresas, como lucratividade e crescimento. Finalmente, para a visão normativa, a teoria seria utilizada para interpretar a função da empresa, incluindo a identificação de princípios morais e filosóficos que norteassem as operações e a administração das organizações.

Donaldson e Preston (1995) destacam que o lado normativo seria o que mais fundamenta a teoria dos *stakeholders*, uma vez que nele não se atribui qualquer hipótese, como no aspecto instrumental, mas sim considerações categóricas implicando questões e valores morais.

A gestão baseada nos *stakeholders* argumenta, principalmente, que atenção simultânea deve ser dada aos *stakeholders* mais importantes, tanto no estabelecimento da estrutura organizacional como nas políticas gerais e na tomada de decisões (DONALDSON; PRESTON, 1995).

Vinten (2000) relata que a teoria dos *stakeholders* seria conflitante com a elucidação de objetivos essenciais, uma vez que a finalidade da teoria de equilibrar benefícios para todos os envolvidos eliminaria os objetivos que beneficiassem grupos em especial, ou seja, desprezaria o desenvolvimento do valor da empresa a longo prazo.

A concepção mais defendida da teoria é que os benefícios devem ser distribuídos entre os *stakeholders* com base na contribuição relativa que cada parte interessada tem para com a empresa, portanto, a teoria como instrumento de gestão deve servir para avaliar qual prioridade será dada a cada *stakeholder* (PHILLIPS; FREEMAN; WICKS, 2003).

Autores como Altkinson e Waterhouse (1997), Shankman (1999) e Berman e Wicks (1999) expõem que a relevância dos *stakeholders* é definida pelo grau de sua colaboração para o funcionamento organizacional. O foco das organizações são os acionistas, nos quais são um segmento particular de *stakeholders*. Os demais são respeitáveis na medida em que conseguem fornecer um desenvolvimento de lucros.

A abordagem tem como objetivo principal reconhecer as ligações entre a gestão que a empresa efetua de seus objetivos de desempenho da organização e de seus públicos envolvidos, isto é, comprovar a certeza presente de que quando a empresa administra bem seus *stakeholders*, será bem-sucedida economicamente e socialmente, uma vez que, *stakeholders* expõem que o elo de interesse é mútuo entre a empresa e seus públicos interessados.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada se fundamentou numa pesquisa bibliográfica de livros, trabalhos acadêmicos e materiais secundários. O presente capítulo tem por finalidade apresentar o delineamento da pesquisa, a amostra, o procedimento de coleta de dados como também aspectos característicos do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à tipologia, a pesquisa pode ser categorizada como estudo de caso de caráter qualitativo. A pesquisa também se classifica como descritiva e bibliográfica. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado, fornecendo uma riqueza das análises de dados, proporcionando uma realidade mais assertiva sobre a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas JBS e BRF.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002).

O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Para Triviños (1987, p. 112), “os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos”. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARD; SILVEIRA, 2009).

Goldenberg (1997), cita que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE

A pesquisa busca evidenciar as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade de duas grandes empresas pertencentes ao agronegócio, sendo elas BRF e JBS.

A BRF S.A. é uma grande companhia de alimentos, que tem a missão de participar da vida das pessoas, oferecendo alimentos saborosos, com qualidade, inovação e a preços acessíveis, em escala mundial. A empresa possui mais de 30 marcas em seu portfólio, onde seus produtos são comercializados em mais de 150 países, nos cinco continentes (BRF, 2017).

A JBS S.A. é uma empresa brasileira de Goiás, instituída em 1953, operando no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros, sendo uma das maiores indústrias de alimentos do mundo. Tem como missão ser uma das melhores naquilo que nos propuserem a fazer, com foco absoluto em suas atividades, garantindo os melhores produtos e serviços aos clientes, solidez aos fornecedores, rentabilidade aos acionistas e a oportunidade de um futuro melhor a todos os colaboradores (JBS, 2019).

Para melhor atender às exigências do mercado internacional, as empresas tiveram a necessidade de adotar um programa de gestão ambiental. A escolha desta pesquisa na análise dos relatórios das empresas BRF e JBS foi feita, principalmente, considerando que ambas são umas das maiores empresas do mundo no segmento alimentício, visto seus portes e as diversas áreas onde estão instaladas em todo território nacional, podem gerar um considerável impacto ambiental por conta de suas atividades. Desse modo, o trabalho se propõe a analisar as informações evidenciadas pelas empresas, nos relatórios de sustentabilidade.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A fim de identificar as informações divulgadas pelas empresas citadas, que compõem a amostra da pesquisa, foi realizada uma busca nas páginas da internet das organizações, para identificar o modelo de relatório de sustentabilidade e em seguida avaliar as informações evidenciadas. O método utilizado nesta abordagem corresponde ao método de análise de conteúdo, e os dados analisados são classificados como secundários.

Com o objetivo de fazer uma análise sobre como as empresas JBS e BRF divulgam seus relatórios e se preocupam com a transparência de informações sobre as atividades, serão coletados dados através de relatórios disponíveis nos anos de 2015 a 2017, onde as indústrias expõem a evolução de seus negócios, no âmbito econômico, social e ambiental, das unidades que as compõem.

O trabalho abordou uma técnica de classificação das informações conhecida como *dummy*, que considera as duas categorias ‘evidencia’ e ‘não evidencia’, a utilização do método. *Dummy* possibilita a inclusão de variáveis independentes qualitativas mediante duas categorias, que assumem uma condição binária.

No enfoque sobre a compreensão e comparação das informações, Field (2009, p. 160) diz que, na ausência de um melhor modelo, pode se considerar a média “[...] porque em média ela será um bom palpite para um determinado resultado”. As médias representam o quanto a empresa divulgou em relação ao montante de indicadores propostos.

3.3.1 Coeficiente De Correlação Intraclasse (ICC)

O coeficiente de correlação intraclasse (*Intraclass correlation coefficient* - ICC) é uma das ferramentas estatísticas mais utilizadas para a mensuração da confiabilidade de medidas. Ele pode ser utilizado na mensuração da homogeneidade de duas ou mais medidas e é interpretado como a medida da proporção da variabilidade total atribuída ao objeto medido. O ICC é calculado com base em uma razão de variâncias e nem sempre os métodos clássicos são capazes de estimar estes componentes, uma vez que se podem obter estimativas negativas dos componentes de variância (LAUREANO, 2011).

Iniciado por Fisher (1925), que a princípio, decifrou o termo “classe” dos coeficientes de correlação intraclasse. Fisher dizia que a classe é formada pela correlação entre as medidas realizadas, enquanto outros autores como Haggard (1958), e Harris (1913), empregam o termo ‘classe’ para explicar aos sujeitos onde foram realizadas as análises de correlação.

O ICC é calculado através de uma razão de variâncias, as quais podem ser obtidas a partir de diferentes métodos de estimação, que podem ser classificados como clássicos ou bayesianos (LAUREANO, 2011).

Esse coeficiente apresenta maior confiabilidade entre análise de conteúdo realizada por pesquisadores. Seus resultados apontam a semelhança das respostas obtidas e analisadas podendo ocorrer divergências nos resultados finais (SHROUT; FLEISS, 1979).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos dados disponibilizados nos relatórios das empresas JBS e BRF, realizou-se o levantamento dos indicadores e subcategorias existentes no relatório GRI, essa estrutura de informações foi utilizada no trabalho para fins comparativos entre evolução temporal das empresas e comparativos entre as empresas que atuam no mesmo segmento. O Quadro 01 a seguir apresenta a estrutura da quarta geração do relatório GRI, e a quantidade de indicadores pertencentes a cada aspecto.

Após proceder a coleta dos dados no mês de abril de 2019, e transcrevê-los, realizou-se a verificação e interpretação dos dados, por meio de cálculo de média entre as categorias e por fim, foi calculada a média geral, considerando as três categorias do relatório GRI, econômica, ambiental e social. Utilizou-se uma variável *dummy*, onde 0 representa ausência de informação e 1 representa presença de informação. Através dos gráficos e tabelas, foi possível reconhecer as informações a respeito das atividades das empresas estudadas. Os resultados do estudo são exibidos em seguida.

Dimensão	Subcategorias	Aspecto	Nº indicadores
Econômica		Desempenho econômico	06
		Impactos Econômicos Indiretos	02
		Práticas de compra	01
Ambiental		Materiais	02
		Energia	05
		Água	03
		Biodiversidade	04
		Emissões	07
		Efluentes e Resíduos	05
		Produtos e Serviços	02
		Conformidade	01
		Transporte	01
		Geral	01
		Avaliação ambiental de fornecedores	02
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais	01

Quadro 01 – Indicadores do GRI

Fonte: Adaptado pela Autora (2019)

(Continuação)			
Dimensão	Subcategorias	Aspecto	Nº indicadores
Social	Práticas trabalhistas e trabalho decente	Emprego	03
		Relações trabalhistas	01
		Saúde e segurança no trabalho	04
		Treinamento e educação	03
		Diversidade e igualdade de oportunidade	01
		Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	01
		Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	02
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas à prática trabalhista	01
	Direitos humanos	Investimentos	02
		Não discriminação	01
		Liberdade de associação e negociação coletiva	01
		Trabalho infantil	01
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	01
		Práticas de segurança	01
		Direitos dos povos indígenas e tradicionais	01
		Avaliação	01
		Avaliação de fornecedores em direitos humanos	02
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	01
	Sociedade	Comunidades locais	02
		Combate à corrupção	03
		Políticas públicas	01
		Concorrência desleal	01
		Conformidade	01
		Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	02
		Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade	01
	Responsabilidade e pelo produto	Saúde e segurança do cliente	02
		Rotulagem de produtos e serviços	03
		Comunicações e marketing	02
		Privacidade do cliente	01
		Conformidade	01

Quadro 01 – Indicadores do GRI

Fonte: Adaptado pela Autora (2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pozzobon (2008) relata que a JBS, a partir de 1953, foi a primeira empresa a operar no ramo frigorífico no Brasil. Com mais de seis décadas de história, a JBS é uma das líderes globais da indústria de alimentos e conta com mais de 230 mil colaboradores no mundo. A companhia, presente em 16 países, com plataformas de produção ou escritórios comerciais, possui um diversificado portfólio de produtos, com dezenas de marcas reconhecidas em todo o mundo (JBS, 2017).

A companhia também atua em setores relacionados com o seu *core business* como couros, biodiesel, colágeno, sabonetes, glicerina e envoltórios para embutidos, bem como possui negócios de gestão de resíduos, embalagens metálicas e transportes, que apoiam a sua operação. No ano de 2017, a unidade alcançou receita líquida inédita de US\$ 6,2 bilhões, aumento de 16,2% em relação a 2016. O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), considerado um indicador bastante usado para avaliar empresas de capital aberto, corresponde à “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”, por sua vez, foi de US\$ 780 milhões, com margem de 12,6% (JBS, 2017).

No que tange a BRF, até 1994, as empresas Sadia e Perdigão possuíam características muito semelhantes, em termos de origem, localização, estratégias de crescimento, movimentos de diversificação e internacionalização. Naquela época, ambas as empresas passaram por um período de crise, com queda nas vendas e na receita. A partir daí as empresas tomaram caminhos distintos, em termos de estruturação interna e modelo de gestão (LUDKEVITCH, 2005).

Em 2001, ambas lançaram a BRF *International Foods* (ou BRF *Trading Company S.A.*), com capital dividido em partes iguais. Tratava-se de uma *joint-venture* voltada para a exportação de carne suína, de frango, produtos industrializados de carnes e alimentos prontos e semiprontos das duas empresas, para países emergentes da Europa Oriental, da ex-União Soviética, da África do Sul, além países como Egito, Angola, Cuba, República Dominicana, Irã, Jordânia e Iraque, onde elas não concorriam efetivamente (FRIAS; BARBIERI, 2009).

A BRF S.A. é uma empresa que possui o propósito de alimentar o mundo. Companhia global de alimentos, tem sede no Brasil e mais de 80 anos de história. Por meio de um portfólio de mais de 4 mil produtos, está presente nas vidas de consumidores de cerca de 150 países e respondemos por 16,3% do comércio mundial de aves e com Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 33,4 bilhões em 2017, a BRF tem valor de mercado superior a R\$ 18 bilhões (BRF, 2017).

O portfólio da BRF tem mais de 30 marcas, que dentre elas são as gigantes Sadia e Perdigão, onde foi dado início à história da empresa. Qualy e Perdix, entre outras, refletem a companhia pelo mundo com uma única finalidade: elaborar itens com um padrão de qualidade que inicia com a criação de animais e encerra na mesa dos consumidores (BRF, 2019).

Ao analisar os relatórios de sustentabilidade, observou-se que ambas empresas divulgam anualmente informações relacionadas as diretrizes do GRI, porém verificou-se que não são divulgados todos os indicadores. Para melhor ilustrar as informações, o apêndice B mostra todos seus indicadores; econômico, ambiental e social, relacionados as diretrizes do GRI.

No que tange a dimensão econômica, listada no modelo padrão GRI, os indicadores correspondem aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. A Categoria Econômica ilustra o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2015).

4.1 DADOS DA BRF

Ao realizar a análise das informações divulgadas pela empresa BRF nos períodos de 2015 a 2017, em relação à dimensão econômica, verificou-se que no decorrer do tempo a empresa evidenciou as mesmas informações, sendo elas valor econômico direto gerado e distribuído, implicações financeiras e assistência financeira recebida do governo, mantendo assim, o mesmo percentual (77%) de divulgação, a Figura 01 apresenta o mesmo percentual durante os 03 anos.

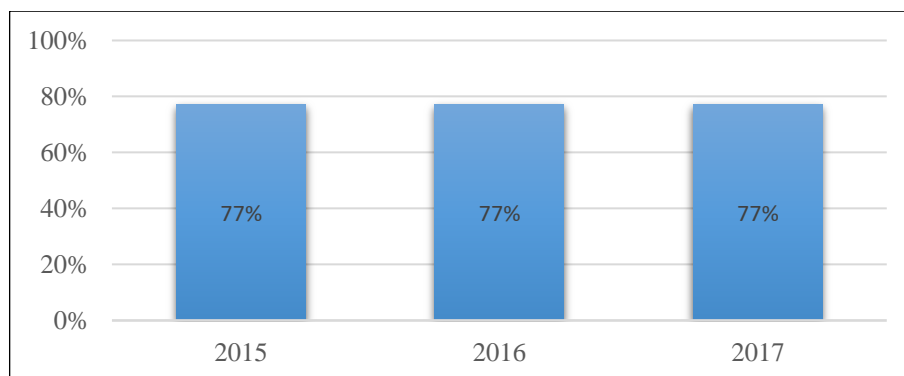


Figura 01 - BRF CATEGORIA ECONÔMICA

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

Já a Categoria Ambiental abrange impactos relacionados a insumos, como consumo de energia e água, dados de emissões, efluentes e resíduos gerados, abrange, também, impactos relacionados à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, bem como a conformidade com leis e regulamentos ambientais e gastos e investimentos na área ambiental (GRI, 2015).

A Figura 02, expõe os dados fornecidos pela empresa BRF, onde observa-se que os dados apresentaram percentuais semelhantes, com pouca oscilação de informações, em 2015 (74%), 2016 (82%) e 2017 (62%). As informações mais divulgadas consistem em consumo de energia dentro e fora da organização, intensidade energética, total de retirada de água por fonte, percentual e volume total de água reciclada, informações sobre emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, e também informações sobre valor monetário de multas significativas aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Cabe destacar também que dados sobre biodiversidade não foram fornecidos em nenhum período. Em 2017, ocorreu a ausência de informações nos aspectos de produtos e serviços, transportes, avaliação ambiental de fornecedores, mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais.

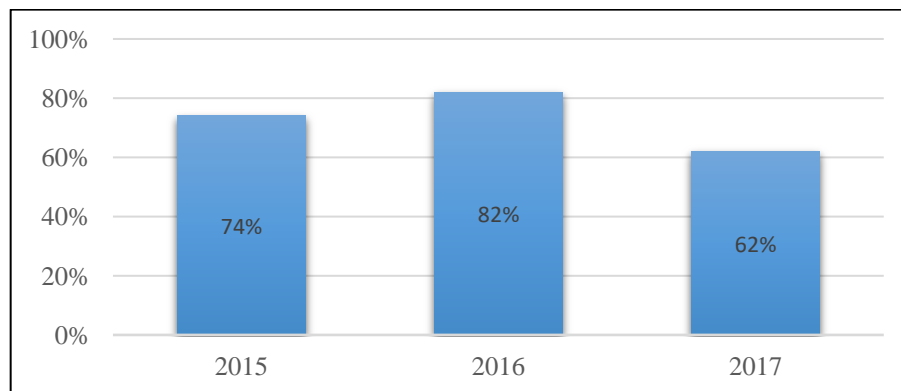


Figura 01 - BRF CATEGORIA AMBIENTAL

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

A dimensão social do relatório GRI aborda os impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua (GRI, 2015). Na Figura 03, os dados fornecidos pela empresa se mostraram um pouco mais semelhantes em comparação com os anos de 2015 e 2016, mas em 2017 o percentual de evidenciação sofreu uma redução, devido à ausência dos seguintes indicadores, como comunicações de marketing, privacidade do cliente, mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade, conformidade, mecanismos de queixas e

reclamações relacionadas a direitos humanos, avaliação de fornecedores em direitos humanos, avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas. Segue informações na figura 03:

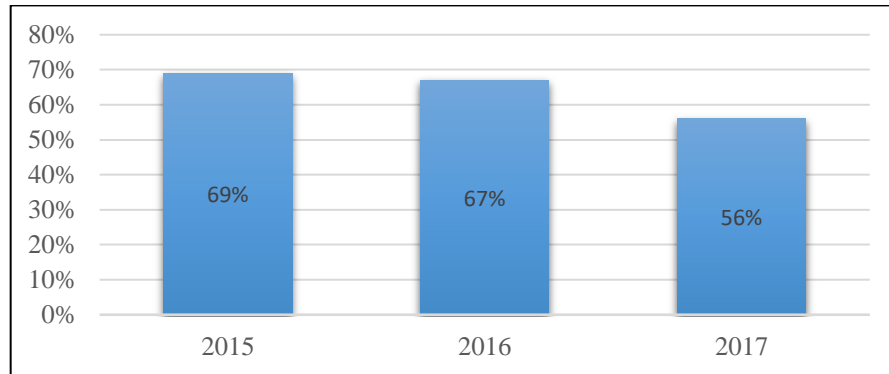


Figura 02 - BRF CATEGORIA SOCIAL

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

Fazendo uma análise das três categorias da BRF, pôde-se concluir que a categoria econômica teve mais dados divulgados, principalmente em relação aos aspectos de impactos econômicos indiretos e práticas de compra, que abordam questões como o Nível de desenvolvimento de investimentos significativos em infraestrutura, serviços apoiados e o percentual do orçamento de compras e contratos gasto de unidades operacionais importantes. Isso caracteriza uma preocupação por parte da empresa em relação aos acionistas, que visam informações sobre lucros e resultados positivos.

4.2 DADOS DA JBS

Ao analisar os relatórios de sustentabilidade da empresa JBS verificou-se um percentual de divulgação relativamente baixo, visto que a empresa publica anualmente o relatório GRI, porém, com poucas informações.

Na Figura 04, mostra que, na categoria econômica os dados fornecidos pela empresa JBS foram escassos, em 2015 e 2016, a empresa evidenciou informações relativas às implicações financeira e valor econômico gerado e distribuído, sendo que em 2017 essas informações não foram divulgadas.

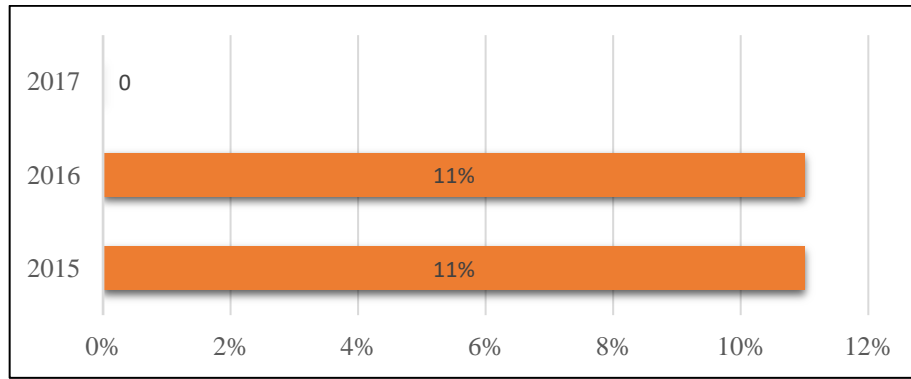


Figura 03 - JBS CATEGORIA ECONÔMICA

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

Na categoria ambiental, como demonstrado à figura 05, o ano de 2016 foi que houve maior divulgação de dados no relatório do GRI da empresa JBS (55%), onde a empresa apresentou informações sobre consumo de energia dentro da organização, total de retirada de água por fonte, percentual e volume total de água reciclada, impactos significativos de atividade, produto e serviço sobre a biodiversidade, informações sobre emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, intensidade e redução de emissões. Em 2017, a empresa não divulgou informações sobre total de investimentos e gastos com proteção ambiental, e número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais.

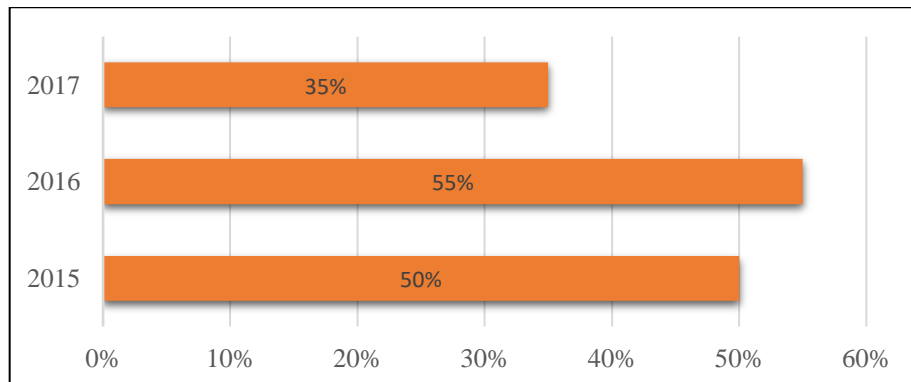


Figura 04 - JBS CATEGORIA AMBIENTAL

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

Na categoria social, percebe-se que em 2016 a empresa JBS evidenciou mais informações, e em 2017 a empresa não apresentou dados referente à novas contratações, impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas, valor total de contribuições financeiras para partidos políticos, avaliação de fornecedores em impactos na

sociedade, rotulagem de produtos e serviços e comunicações de marketing. A Figura 06, apresenta os percentuais de evidenciação:

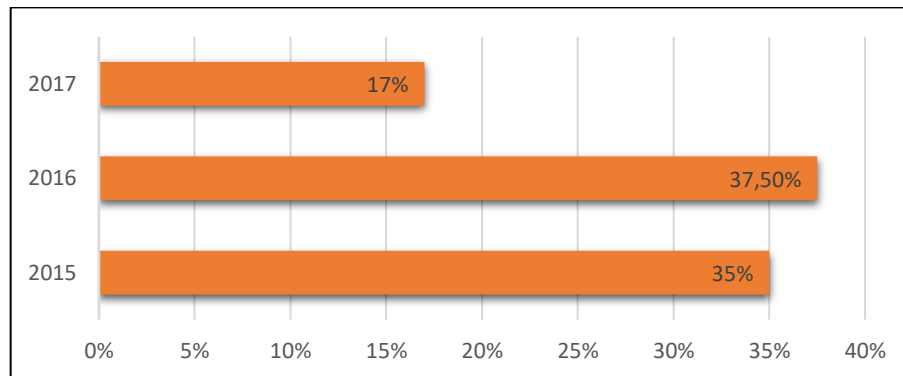


Figura 05 - JBS CATEGORIA SOCIAL

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI da Porcentagem de indicadores econômicos da BRF de 2015 a 2017 (2019).

A respeito da análise das três categorias da JBS, o indicador ambiental teve mais informações evidenciadas ao longo dos 3 anos, principalmente nos aspectos de Avaliação Ambiental de Fornecedores, Emissões (que inclui indicadores de emissões de gases de efeito estufa e de substâncias que destroem a camada de ozônio, NOX, SOX e de outras emissões atmosféricas importantes) e de Água (bem como reciclagem e retirada da fonte).

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Depois da coleta dos dados, executou-se uma análise e interpretação da evidenciação dos indicadores através de médias. O cálculo das médias indica o grau de divulgação e permite fazer um comparativo entre as duas empresas. A administração dos dados consistiu em uma análise descritiva, pois eles foram avaliados com o objetivo de descobrir as características do estudo.

Para melhor compreensão, foi utilizado gráficos para expor os dados e as diferenças das médias realizadas sobre as informações coletadas e fornecidas pelas empresas.

Sobre as médias da dimensão econômica das empresas, na figura 07 foi observado que a empresa JBS divulgou poucas informações sobre esse indicador econômico, ao contrário da empresa BRF que manteve a quantidade de informações fornecidas ao longo dos 03 anos. Somente há dois aspectos em comum, nos quais foram deixados de ser mencionados por ambas as empresas:

- Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.
- Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes.

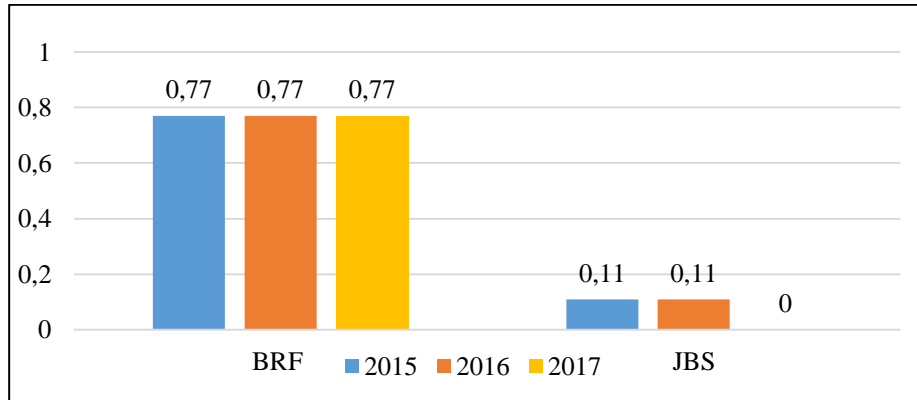


Figura 06 - Médias da dimensão econômica da BRF e JBS de 2015 a 2017

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

Em relação as médias da dimensão ambiental das empresas, na figura 08 foi observado que ocorreu uma oscilação nas divulgações de informações sobre o indicador ambiental das duas empresas, mas a BRF apresentou médias maiores em relação a JBS ao longo dos 3 anos. Em 2015, ambas as empresas não evidenciaram informações sobre aspectos da biodiversidade, como informações sobre:

- Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a fora de áreas protegidas biodiversidade situadas.
- Habitats protegidos ou restaurados.

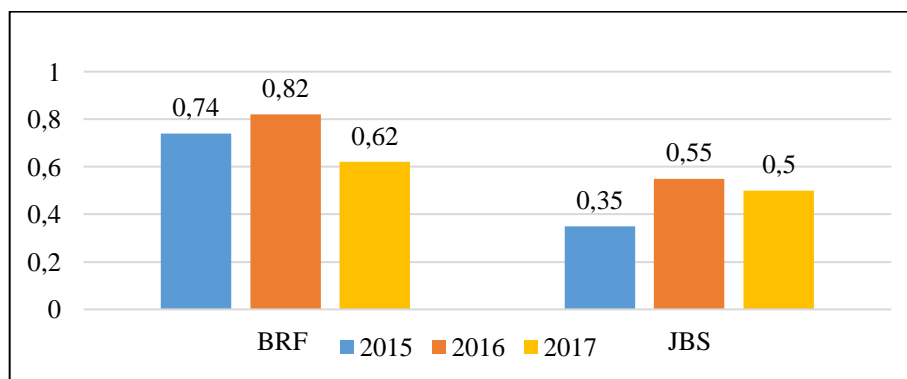


Figura 07 - Médias da dimensão ambiental da BRF e JBS de 2015 a 2017.

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

Na comparação entre as médias da dimensão social das empresas, observou-se que houve um declínio nas divulgações de informações sobre os indicadores sociais de ambas as empresas.

O quadro 02, exibe apenas as subcategorias que apresentaram diferenças entre as divulgações de informações de ambas as empresas, informação ‘SIM’ representa a divulgação por parte da empresa no decorrer dos 3 anos, e a informação ‘NÃO’ indica a não divulgação de informações da empresa em relação ao aspecto citado:

SUBCATEGORIA	ASPECTO	JBS	BRF
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	Emprego	SIM	NÃO
	Comunidades Locais	NÃO	SIM
SOCIEDADE	Combate à corrupção	NÃO	SIM
	Rotulagem de Produtos e Serviços	NÃO	SIM
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	Conformidade	NÃO	SIM

Quadro 02 - Dimensão Social: Subcategorias.

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

Após realizar o comparativo entre a evidenciação de aspectos relacionados à categoria social, apresenta-se a Figura 09, para expor as médias calculadas para cada período.

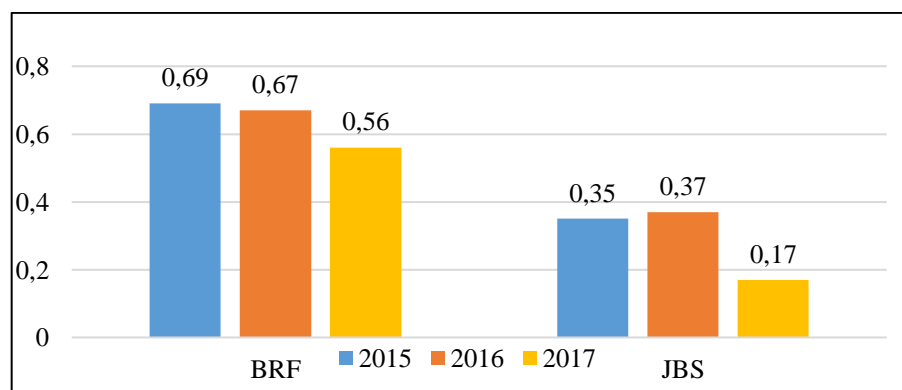


Figura 08 - Médias da dimensão social da BRF e JBS de 2015 a 2017.

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

As médias que contemplam a categoria social, apresenta uma grande variação das porcentagens de cada período, porém percebe-se, que a empresa BRF possui as maiores médias de divulgação, apresentando assim, um relatório de sustentabilidade mais detalhado para as partes interessadas.

Cabe ainda salientar que de acordo com a missão estabelecida por cada empresa, as informações que deveriam ser evidenciadas deveriam ser as que conferem com bem-estar social, qualidade dos alimentos, preços de produtos. Ressalta-se que para a empresa JBS, a rentabilidade para com os acionistas consiste em um dos propósitos da empresa, e no entanto, as informações econômicas não são evidenciadas em grande escala.

4.4 CORRELAÇÃO INTRACLASSE

Para uma maior credibilidade, foi realizada uma análise dos relatórios de sustentabilidade por dois pesquisadores e calculada a correlação intraclassas (ICC), utilizou-se para esse cálculo o software *Stata*, que é um programa de estatística que opera em Windows utilizado para análise econométrica que é capaz de detectar a correlação de entendimento dos pesquisadores. Segundo Laureano (2011) o coeficiente ICC é uma medida de concordância retificada pela concordância, aguardada a imprevisibilidade, sendo que sua oscilação está entre 0 e 1, sendo capaz de ser compreendida da seguinte forma: $ICC < 0,4$ é pobre; $0,4 \leq ICC < 0,75$ é satisfatório a bom; $ICC \geq 0,75$ é excelente.

Com considerável média de ICC 62 variáveis estiveram acima de (0,75), o que confere a uma correlação notável e 16 variáveis apresentaram correlação entre (0,40 e 0,75) que corresponde a uma correlação boa, enquanto apenas 13 variáveis ficaram abaixo de (0,40) que corresponde a uma correlação débil, nessa perspectiva indica que foi observada à similaridade no julgamento dos pesquisadores, conforme quadros 3 e 4, no Apêndice A.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados é apresentado no apêndice B e foi dividido em três categorias: econômica composta por 9 (nove) indicadores como; Impactos econômicos indiretos, práticas de compra, desempenho econômico. A categoria ambiental composta por 34 (trinta e quatro) indicadores, bem como; energia, água, biodiversidade, etc. E a social composta por 48 (quarenta e oito) indicadores divididos em 4 (quatro) subcategorias; práticas trabalhistas e trabalho, direitos humanos, sociedade e responsabilidade do produto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que as duas empresas do agronegócio do ramo alimentício, quando utilizaram um modelo para divulgação das suas informações socioambientais, expressaram preferência ao modelo GRI. Rover (2008) relata que as empresas tendem a adotar algum modelo de divulgação, no entanto, preferem o modelo GRI a outros modelos, isso ocorre pelo fato do GRI ser reconhecido internacionalmente.

Diante disso, o objetivo desse trabalho foi de analisar as informações divulgadas pelos relatórios de sustentabilidade das empresas BRF e JBS no período de 2015 a 2017 e descrever tais informações evidenciadas, apresentando assim, os índices, médias, de evidenciação dos indicadores socioambientais das empresas.

Em primeiro momento ao analisar as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade, verificou-se que as empresas divulgam sim informações relativas à categoria econômica, social e ambiental, com exceção apenas do período de 2017, da empresa JBS, que não divulgou nenhuma informação na categoria econômica, listada diretamente aos indicadores propostos.

Sobre as médias das categorias dos indicadores das empresas, observou-se que a empresa JBS divulgou poucas informações e a BRF se manteve com as médias maiores em relação a JBS, a qual teve uma quantidade de informações fornecidas bem menor a respeito dos indicadores ambientais e sociais ao longo dos 03 anos

Com os resultados obtidos, pode-se concluir que existe divulgação das informações, tanto no nível social, ambiental e econômico, porém, as informações negativas, em sua maior parte não são declaradas, como é o caso das práticas trabalhistas, trabalho, direitos humanos e sociedade. Esse aspecto representa que as empresas possuem interesse em divulgar dados e informações aos seus *stakeholders*, mas as informações classificadas como positivas, que contribuem para o bom desempenho das mesmas, para boa imagem corporativa, entre outros benefícios que a evidenciação de relatório de sustentabilidade pode proporcionar.

Salienta-se ainda que diante de período de crises financeiras, escândalos e ou aspectos externos que afetam o ambiente interno empresarial, as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade podem ser modificadas, tendo que o mesmo consiste em relatório voluntário.

Com base apenas nas informações fornecidas pelas empresas nos relatórios de sustentabilidade, não é possível mensurar os benefícios internos de gestão gerados as empresas, por tal divulgação, nesse caso, seria viável uma verificação em cada empresa. Para pesquisas futuras, sugere-se analisar as motivações que às empresas pertencentes ao agronegócio do ramo

de alimentos possuem, para evidenciar informações socioambientais, com um olhar gerencial, buscando elucidar a estrutura organizacional e as ferramentas de gestão adotada, visto que relatório de sustentabilidade pode ser apresentado por diversos modelos e também ocorre de maneira voluntária.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C, A.; EVANS, R. Accountability, Completeness, Credibility and the Audit Expectations Gap. **Jornal da Cidadania Corporativa**. Inglaterra, p. 97-115. 2004.

ADAMS, C.; ZUTSHI, A. Corporate Social Responsibility: Why Business Should Act Responsibly and Be Accountable. **Australian Accounting Review**, Australia, v. 14, n. 34, p.31-39, 2004.

ATKINSON, A, A.; WATERHOUSE, J, H.; WELLS, R, B. A stakeholders approach to strategic performance measurement. **Sloan Management Review**, v. 38, n. 3, p.1-25, 1997. Disponível em: <<http://go.galegroup.com>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

ALTENFELDER, R. Desenvolvimento sustentável. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, A3, 2004.

B3. **Uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/. Acesso em: 27 mar. 2019.

B3 (Brasil). **Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2018. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/relate-ou-explique-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods.htm>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BASSETTO, L, I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. **Gestão & Produção**, Sao Carlos, v. 17, n. 3, p.639-651, 2010.

BERMAN, S, L. *et al.* Does Stakeholder Orientation Matter? The Relationship Between Stakeholder Management Models and Firm Financial Performance. **Academy Of Management Journal**, NY, v. 42, n. 5, p.488-506, 1999.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da Ufsm**, São Paulo, v. 6, p.195-210, 2013.

ROBLES JUNIOR, A.; BONELLI, V, V.; OLIVEIRA, A, S. Protocolo de Quioto: Viabilidade econômica e sustentabilidade dos projetos de créditos de carbono e Gestão. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, Santos, v. 2, n. 4, p.51-72, 2006.

BOVESPA. **Índice Bovespa (BVSP)**. 2010. Disponível em: <<https://br.investing.com/indices/bovespa-components>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental**: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007. 169 p.

BRENNER, S, N.; COCHRAN, P. The Stakeholder Theory of the Firm. **Proceedings Of The International Association For Business And Society**, Pennsylvania, v. 2, p.897-933, 1991.

BRF. **RELATÓRIO ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE 2017**. Brasil: A BRF, 2017. 172 p. Disponível em: <www.brf-global.com>. Acesso em: 1 jul. 2019.

CAMPOS, L, M, S. *et al.* Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p.913-926, 2013.

CASTRO, F, A, R.; SIQUEIRA, J, R, M.; MACEDO, M, A, S. Indicadores Ambientais Essenciais: Uma Análise Da Sua Utilização Nos Relatórios De Sustentabilidade Das Empresas Do Setor De Energia Elétrica Sul Americano, Elaborados Pela Versão “G3” Da Global Reporting Initiative. *In: South American Congress On Social And Environmental Accounting Research*, 1., 2009, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: CSEAR, 2009. p. 1 - 18.

CERQUEIRA, A.S. **Desenvolvimento sustentável: uma apropriação crítica do conceito e da concepção**. São Luiz: SBPC, 1995.

CHRISTOFI, A.; CHRISTOFI, P.; SISAYE, S. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. **Management Research Review**, New Jersey, v. 35, n. 2, p.157-172, 2012.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

CROWTHER, D.; ARAS, G. **CORPORATE RESPONSIBILITY**. Londres: Financial Times, 2008. 144 p.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. *In: POUPART, Jean et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 127-153, 2008.

DIAS, L, N, S.; SIQUEIRA, J, R, M.; ROSSI, M, Z, G. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. *In: ANANPAD*, 30., 2006, Salvador. **Anais[...]** Salvador: Ananpad, 2006. p. 1 - 15.

DIAS, R. **Gestão ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2017. 248 p.

DONALDSON, T.; PRESTON, L, E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **The Academy Of Management Review**, Maryland, v. 20, n. 1, p.65-91, 1995.

DONALDSON, T.; PRESTON, L, E. THE STAKEHOLDER THEORY OF THE CORPORATION: CONCEPTS, EVIDENCE, AND IMPLICATIONS. **Of Management Review**, Toronto, v. 20, n. 1, p.65-91, 1995.

EXAME. **Guia EXAME de Sustentabilidade 2017**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/guia-exame-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

FERREIRA, A, C, S. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 152 p.

FERREIRA, L. F. *et al.* Indicadores de sustentabilidade empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da *global reporting initiative* GRI. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2009, Resende. **Anais[...]** Resende, 2009.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Penso, 2009. 688 p.

FISHER, R. A.. Statistical Methods for Research Workers. **Springer Series In Statistics**, NY, p.66-70, 1992.

FRIAS, M, C.; BARBIERI, C. Nova "Sadia-Perdigão" evocará brasilidade. **Folha de Sao Paulo**. São Paulo, p. 1. 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GASPARINO, M, F.; RIBEIRO, M, S. Análise De Relatórios De Sustentabilidade, Com Ênfase Na Gri: Comparação Entre Empresas Do Setor De Papel E Celulose Dos EUA E Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p.102-115, 2007.

GERHARDT, T, E.; SILVEIRA, D, T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **WHAT IS GRI?** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

Global Reporting Initiative. **Diretrizes Para Relato de Sustentabilidade**. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368600/mod_resource/content/1/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf. Acesso em: 31 fev. 2019.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997, 57, p.

GRECCO, T. **Por que investimentos sustentáveis? Valor Econômico**, São Paulo. 03 set. 2013.

GUIMARÃES, T. N. Análise os Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano De 2007. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009.

HAGGARD, E. A. **Intraclass correlation and the analysis of variance**. New York: Dryden Press, 1958.

HARRIS, J. A.. On The Calculation Of Intra-Class And Inter-Class Coefficients Of Correlation From Class Moments When The Number Of Possible Combinations Is Large. **Biometrika**, Oxford, v. 9, n. 3, p. 446-472, 1913.

IBRI. (2012). **Pesquisa IBRI-Deloitte: Qualidade das informações**. Disponível em: <http://https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/conteudos/ibri/IBRI-2012.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

JBS. Disponível em: <https://jbs.com.br/en/sobre/>. Acesso em: 26 mai. 2019.

JONES, T, M.; WICKS, A, C.. Convergent Stakeholder Theory. **The Academy Of Management Review**, Washington, v. 24, n. 2, p.206-221, 1999.

LAUREANO, G, H, C. **Coefficiente de correlação intraclasse: Comparação entre métodos de estimação clássicos e bayesianos**. 2011. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Estatística, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

LUDKEVITCH, I. F. **Trajetórias de crescimento dos grupos Sadia e Perdigão: um estudo comparativo**. 2005, 241f. Dissertação (Mestrado em Administração). Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração/UFRJ, 2005.

MACHADO, M. A. V. MACEDO, M. A. S. MACHADO, M. R. SIQUEIRA, J. R. M. Análise Da Relação Entre Investimentos Socioambientais e a Inclusão De Empresas No Índice De Sustentabilidade Empresarial (ISE) Da BM&FBOVESPA. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n 32, p 141-156, 2012.

MADALENA, J. D; ROVER, S; FERREIRA, D. M; FERREIRA, L. F. **Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras**. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 20, n. 1, 2016, p. 566–579.

MAMEDE, P, M, F. **Medição da sustentabilidade empresarial**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

PEREIRA, M, S. Meio Ambiente De Trabalho E Os Princípios Do The Triple Botton Line. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p.185-203, 2014.

PHILLIPS, R.; FREEMAN, R. E.; WICKS, A, C.. What Stakeholder Theory is Not. **Business Ethics Quarterly**, Cambridge, v. 13, n. 4, p.479-502, 2003.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva**. São Paulo: Campus, 1990.

POZZOBON, D, M. Explorando Soluções Internacionais: o Caso dos Frigoríficos Brasileiros. **R. Cont. UFBA**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.43-59, 2008.

PROGETTI, C. B. Análise da Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade do Bradesco. **Redeca**, v.1, n. 1. Jan- Jun. 2014 p. 36-49.

ROBERTO, J. A. SERRANO, A. As organizações económico-sociais e os seus stakeholders. **Economia Global e Gestão [online]**, v. 12, n. 2, p. 73-93, 2007.

ROVER, S.; BORBA, J, A. Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14., 2007, Joao Pessoa. **Anais[...]** Joao Pessoa: CBC, 2007. p. 1 - 16.

ROVER, S. *et al.* Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.53-72, 2008.

SANTOS, S. K. B. Contabilidade Ambiental: Uma Ferramenta Eficaz Para O Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica Da Fanese**, v. 3, n. 1, 2014.

SAVAGE, G, T. *et al.* Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. **Academy Of Management Perspectives**, NY, v. 5, n. 2, p.61-75, 1991.

SHANKMAN, N, A. Reframing the debate between agency and stakeholders theories of the firm. **Journal Of Business Ethics**, v. 19, n. 4, p.319-334, 1999.

SHROUT, P. E.; FLEISS, J. L. **Intraclass correlations: use in assessing rater reliability**. Psychological Bulletin, v. 86, n. 2, p. 420-428, 1979.

SIGMA PROJECT. **The SIGMA Guidelines**. Disponível em: <http://www.projectsigma.com>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SIQUEIRA, J. R. M. **Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações: Uma Sociedades**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, V, R.; RIBEIRO, M, S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 15, n. 35, p.54-67, 2004.

TIBOR, T.; FELDMAN, I. **ISO 14.000: um guia para novas normas de gestão ambiental**. São Paulo: Futura, 1996, 302 p.

TINOCO, J, E, P. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 135, p. 55-72, ago. 2011. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/423>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 176 p.

VAN BELLEN, H, M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

VASQUES, A. G.; NOGUEIRA, A. S.; KIRCHNER, F. F.; BERGER, R. Uma síntese da contribuição do gênero pinus para o desenvolvimento sustentável no Sul do Brasil. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 37, n. 3, 2007.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M.S. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 187-206, jan. 2010

VINTEN, G. The stakeholder manager. *Management Decision*, USA, v. 38, n. 6, p.377-383, 2000.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F, K.; SEIFERT, R, E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **CADERNOS EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.569-583, 2012.

APÊNDICE A – QUADRO DE EXPLICAÇÃO DA CORRELAÇÃO INTRACLASSES

A Correlação Intraclassas (ICC) varia entre 0 e 1, podendo ser interpretado da seguinte forma: $ICC < 0,4$ é pobre; $0,4 \leq ICC < 0,75$ é satisfatório a bom; $ICC \geq 0,75$ é excelente (FLEISS, 1981).

VARIÁVEIS	ICC MÉDIAS	[95% CONF. INTERVAL]
G4-EC1	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EC2	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-EC3	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EC4	1	..
G4-EC5	1	..
G4-EC6	1	..
G4-EC7	1	..
G4-EC8	1	..
G4-EC9	1	..
G4-EN1	1	..
G4-EN2	1	..
G4-EN3	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EN4	1	..
G4-EN5	1	..
G4-EN6	.05875829	-.7137773 .7493012
G4-EN7	1	..
G4-EN8	1	..
G4-EN9	1	..
G4-EN10	0	-4.984565 .8566863
G4-EN11	1	..
G4-EN12	1	..
G4-EN13	1	..
G4-EN14	1	..
G4-EN15	1	..
G4-EN16	0	-4.984565 .8566863
G4-EN17	0	-4.984565 .8566863
G4-EN18	1	..
G4-EN19	1	..
G4-EN20	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EN21	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EN22	.7058824	-.0159121 .9517731

G4-EN23	-0.1111101	-0.07642748 .6961484
G4-EN24	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EN25	.827586	-.0323388 .9752907
G4-EN26	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-EN27	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-EN28	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-EN29	.6153846	-.1754654 .9340072
G4-EN30	1	..
G4-EN31	1	..
G4-EN32	1	..
G4-EN33	0	-4.984565 .8566863
G4-EN34	1	..
G4-LA1	1	..
G4-LA2	.827586	-.0323388 .9752907
G4-LA3	.827586	-.0323388 .9752907
G4-LA4	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-LA5	-0.1111101	-0.07642748 .6961484
G4-LA6	0	-4.984565 .8566863
G4-LA7	0	-4.984565 .8566863
G4-LA8	0	-4.984565 .8566863
G4-LA9	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-LA10	.06872158	-.7137773 .7493012
G4-LA11	.827586	-.0323388 .9752907
G4-LA12	1	..
G4-LA13	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-LA14	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-LA15	.827586	-.0323388 .9752907
G4-LA16	1	..
G4-HR1	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-HR2	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-HR3	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-HR4	.7058824	-.0159121 .9517731
G4-HR5	1	..
G4-HR6	1	..
G4-HR7	1	..
G4-HR8	1	..
G4-HR9	1	..
G4-HR10	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-HR11	.3333333	-.4992216 .8662691

G4-HR12	1	..
G4-SO1	1	..
G4-SO2	1	..
G4-SO3	.3333333	-.4992216 .8662691
G4-SO4	.3333333	-.4992216 .8662691
G4-SO5	1	..
G4-SO6	.827586	-.0323388 .9752907
G4-SO7	.827586	-.0323388 .9752907
G4-SO8	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-SO9	.6153846	-.1754654 .9340072
G4-SO10	.3333333	-.4992216 .8662691
G4-SO11	.7619048	-.4256107 .9658777
G4-PR1	1	..
G4-PR2	1	..
G4-PR3	1	..
G4-PR4	1	..
G4-PR5	1	..
G4-PR6	.5833333	-1.494819 .940286
G4-PR7	.4117647	-.4277243 .8873016
G4-PR8	1	..
G4-PR9	.827586	-.0323388 .9752907

Quadro 03 - Correlação Intraclasse (ICC) variáveis do *Disclosure* Voluntário.

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

INTERVALO	QUANTIDADE DE VARIÁVEIS	ANÁLISE
ICC ≥ 0,75	62	Excelente
0,4 ≤ ICC < 0,75	16	Satisfatório
ICC < 0,47	13	Pobre

Quadro 04 – Cálculo de Correlação intraclases (ICC)

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa

APÊNDICE B – INDICADORES GRI

CATEGORIA: ECONÔMICA	
Aspecto: Desempenho Econômico	
G4-EC1	VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO
G4-EC2	IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
G4-EC3	COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE PENSÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA ORGANIZAÇÃO
G4-EC4	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA DO GOVERNO
G4-EC5	VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO, DISCRIMINADO POR GÊNERO, COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES
G4-EC6	PROPORÇÃO DE MEMBROS DA ALTA DIREÇÃO CONTRATADOS NA COMUNIDADE LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES
Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos	
G4-EC7	DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS
G4-EC8	IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUSIVE A EXTENSÃO DOS IMPACTOS
Aspecto: Práticas de Compra	
G4-EC9	PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

CATEGORIA: AMBIENTAL	
Aspecto: Materiais	
G4-EN1	MATERIAIS USADOS, DISCRIMINADOS POR PESO OU VOLUME
G4-EN2	PERCENTUAL DE MATERIAIS USADOS PROVENIENTES DE RECICLAGEM
Aspecto: Energia	
G4-EN3	CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO
G4-EN4	CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO
G4-EN5	INTENSIDADE ENERGÉTICA
G4-EN6	REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA
G4-EN7	REDUÇÕES NOS REQUISITOS DE ENERGIA RELACIONADOS A PRODUTOS E SERVIÇOS
Aspecto: Água	
G4-EN8	TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE
G4-EN9	FONTES HÍDRICAS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADAS POR RETIRADA DE ÁGUA

G4-EN10	PERCENTUAL E VOLUME TOTAL DE ÁGUA REICLADA E REUTILIZADA
	Aspecto: Biodiversidade
G4-EN11	UNIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS DENTRO OU NAS ADJACÊNCIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A FORA DE ÁREAS PROTEGIDASBIODIVERSIDADE SITUADAS
G4-EN12	DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS
G4-EN13	HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS
G4-EN14	NÚMERO TOTAL DE ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA IUCN E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO COM HABITATS SITUADOS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, DISCRIMINADAS POR NÍVEL DE RISCO DE EXTINÇÃO
	Aspecto: Emissões
G4-EN15	EMISSIONES DIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ESCOPO 1)
G4-EN16	EMISSIONES INDIRECTAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA (ESCOPO 2)
G4-EN17	OUTRAS EMISSIONES INDIRECTAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ESCOPO 3)
G4-EN18	INTENSIDADE DE EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)
G4-EN19	REDUÇÃO DE EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)
G4-EN20	EMISSIONES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (SDO)
G4-EN21	EMISSIONES DE NOX, SOX E OUTRAS EMISSIONES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS
	Aspecto: Efluentes e Resíduos
G4-EN22	DESCARTE TOTAL DE ÁGUA, DISCRIMINADO POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO
G4-EN23	PESO TOTAL DE RESÍDUOS, DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO
G4-EN24	NÚMERO TOTAL E VOLUME DE VAZAMENTOS SIGNIFICATIVOS
G4-EN25	PESO DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS, IMPORTADOS, EXPORTADOS OU TRATADOS CONSIDERADOS PERIGOSOS NOS TERMOS DA CONVENÇÃO DA BASILEIA2, NEXOS I, II, III E VIII, E PERCENTUAL DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS INTERNACIONALMENTE
G4-EN26	IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO, STATUS DE PROTEÇÃO E VALOR DA BIODIVERSIDADE DE CORPOS D'ÁGUA E HABITATS RELACIONADOS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADOS POR DESCARTES E DRENAGEM DE ÁGUA REALIZADOS PELA ORGANIZAÇÃO
	Aspecto: Produtos e Serviços
G4-EN27	EXTENSÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

G4-EN28	PERCENTUAL DE PRODUTOS E SUAS EMBALAGENS RECUPERADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PRODUTOS VENDIDOS, DISCRIMINADO POR CATEGORIA DE PRODUTOS
	Aspecto: Conformidade
G4-EN29	VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS
	Aspecto: Transportes
G4-EN30	BENS E MATERIAIS USADOS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, BEM COMO DO TRANSPORTE DE IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS DECORRENTES DO TRANSPORTE DE SEUS EMPREGADOS PRODUTOS E OUTROS
	Aspecto: Geral
G4-EN31	TOTAL DE INVESTIMENTOS E GASTOS COM PROTEÇÃO AMBIENTAL, DISCRIMINADO POR TIPO
	Aspecto: Avaliação Ambiental de Fornecedores
G4-EN32	PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS AMBIENTAIS
G4-EN33	IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO
	Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais
G4-EN34	NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS AMBIENTAIS PROTOCOLADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

	CATEGORIA: SOCIAL
	SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE
	Aspecto: Emprego
G4-LA1	NÚMERO TOTAL E TAXAS DE NOVAS CONTRATAÇÕES DE EMPREGADOS E ROTATIVIDADE POR FAIXA, ETÁRIA, GÊNERO E REGIÃO
G4-LA2	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS DE TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A EMPREGADOS TEMPORÁRIOS OU EM REGIME DE MEIO PERÍODO, DISCRIMINADOS POR UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES DA ORGANIZAÇÃO
G4-LA3	TAXAS DE RETORNO AO TRABALHO E RETENÇÃO APÓS LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE, DISCRIMINADAS POR GÊNERO
	Aspecto: Relações Trabalhistas

G4-LA4	PRAZO MÍNIMO DE NOTIFICAÇÃO SOBRE MUDANÇAS OPERACIONAIS E SE ELAS SÃO ESPECIFICADAS EM ACORDOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA
	Aspecto: Saúde e Segurança no Trabalho
G4-LA5	PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO REPRESENTADA EM COMITÊS FORMAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA, COMPOSTOS POR EMPREGADOS DE DIFERENTES NÍVEIS HIERÁRQUICOS, QUE AJUDAM A MONITORAR E ORIENTAR PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
G4-LA6	TIPOS E TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTEÍSMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADOS AO TRABALHO, DISCRIMINADOS POR REGIÃO E GÊNERO
G4-LA7	EMPREGADOS COM ALTA INCIDÊNCIA OU ALTO RISCO DE DOENÇAS RELACIONADAS À SUA OCUPAÇÃO
G4-LA8	TÓPICOS RELATIVOS À SAÚDE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS
	Aspecto: Treinamento e Educação
G4-LA9	NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE TREINAMENTO POR ANO POR EMPREGADO, DISCRIMINADO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL
G4-LA10	PROGRAMAS DE GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM CONTÍNUA QUE CONTRIBUEM PARA A CONTINUIDADE DA EMPREGABILIDADE DOS EMPREGADOS EM PERÍODO DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA.
G4-LA11	PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBEM REGULARMENTE ANÁLISES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA, DISCRIMINADO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL
	Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades
G4-LA12	COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA E DISCRIMINAÇÃO DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DE ACORDO COM GÊNERO, FAIXA ETÁRIA, MINORIAS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE
	Aspecto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens
G4-LA13	RAZÃO MATEMÁTICA DO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS, DISCRIMINADA POR CATEGORIA FUNCIONAL E UNIDADES OPERACIONAIS RELEVANTES
	Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas
G4-LA14	PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A PRÁTICAS TRABALHISTAS
G4-LA15	IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS PARA AS PRÁTICAS TRABALHISTAS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO
	Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas

G4-LA16	NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A PRÁTICAS TRABALHISTAS REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL
----------------	---

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).

SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS	
	Aspecto: Investimentos
G4-HR1	NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE ACORDOS E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS QUE INCLUEM CLÁUSULAS DE DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÃO REFERENTE A DIREITOS HUMANOS
G4-HR2	NÚMERO TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO DE EMPREGADOS EM POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS OU PROCEDIMENTOS RELACIONADOS A ASPECTOS DE DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, INCLUINDO O PERCENTUAL DE EMPREGADOS TREINADOS
	Aspecto: Não discriminação
G4-HR3	NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E MEDIDAS CORRETIVAS TOMADAS
	Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva
G4-HR4	OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA POSSA ESTAR SENDO VIOLADO OU HAJA RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO
	Aspecto: Trabalho Infantil
G4-HR5	OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE CASOS DE TRABALHO INFANTIL E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A EFETIVA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
	Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo
G4-HR6	OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO DE RISCO SIGNIFICATIVO PARA A OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO
	Aspecto: Práticas de Segurança
G4-HR7	PERCENTUAL DO PESSOAL DE SEGURANÇA QUE RECEBEU TREINAMENTO NAS POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO RELATIVOS A DIREITOS HUMANOS QUE SEJAM RELEVANTES ÀS OPERAÇÕES

	Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais
G4-HR8	NÚMERO TOTAL DE CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO
	Aspecto: Avaliação
G4-HR9	NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE OPERAÇÕES SUBMETIDAS A ANÁLISES OU AVALIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE IMPACTOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS
	Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos
G4-HR10	PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS
G4-HR11	IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS EM DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO
	Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos
G4-HR12	NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS EM DIREITOS HUMANOS REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL
	SUBCATEGORIA: SOCIEDADE
	Aspecto: Comunidades Locais
G4-SO1	PERCENTUAL DE OPERAÇÕES COM PROGRAMAS IMPLEMENTADOS DE ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL
G4-SO2	OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NAS COMUNIDADES LOCAIS
	Aspecto: Combate à corrupção
G4-SO3	NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE OPERAÇÕES SUBMETIDAS A AVALIAÇÕES DE RISCOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO E OS RISCOS SIGNIFICATIVOS IDENTIFICADOS
G4-SO4	COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO
G4-SO5	CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS
	Aspecto: Políticas Públicas
G4-SO6	VALOR TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PARTIDOS POLÍTICOS E POLÍTICOS, DISCRIMINADO POR PAÍS E DESTINATÁRIO/BENEFICIÁRIO

	Aspecto: Concorrência Desleal
G4-SO7	NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUSTE E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS
	Aspecto: Conformidade
G4-SO8	VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS
	Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade
G4-SO9	PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A IMPACTOS NA SOCIEDADE
G4-SO10	IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS DA CADEIA DE FORNECEDORES NA SOCIEDADE E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO
	Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade
G4-SO11	NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL
	SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO
	Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente
G4-PR1	PERCENTUAL DAS CATEGORIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS SIGNIFICATIVOS PARA AS QUAIS SÃO AVALIADOS IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA BUSCANDO MELHORIAS
G4-PR2	NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELACIONADOS AOS IMPACTOS CAUSADOS POR PRODUTOS E SERVIÇOS NA SAÚDE E SEGURANÇA DURANTE SEU CICLO DE VIDA, DISCRIMINADO POR TIPO DE RESULTADO
	Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços
G4-PR3	TIPO DE INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS EXIGIDAS PELOS PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO REFERENTES A INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS E PERCENTUAL DE CATEGORIAS SIGNIFICATIVAS SUJEITAS A ESSAS EXIGÊNCIAS
G4-PR4	NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELATIVOS A INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DISCRIMINADO POR TIPO DE RESULTADOS
G4-PR5	RESULTADOS DE PESQUISAS DE SASFISFAÇÃO DO CLIENTE
	Aspecto: Comunicações de Marketing
G4-PR6	VENDA DE PRODUTOS PROIBIDOS OU CONTESTADOS

G4-PR7	NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELATIVOS A COMUNICAÇÕES DE MARKETING, INCLUINDO PUBLICIDADE, PROMOÇÃO E PATROCÍNIO, DISCRIMINADOS POR TIPO DE RESULTADOS
	Aspecto: Privacidade do Cliente
G4-PR8	NÚMERO TOTAL DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES COMPROVADAS RELATIVAS À VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE E PERDA DE DADOS DE CLIENTES
	Aspecto: Conformidade
G4-PR9	VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS POR NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO E USO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Fonte: Adaptado pela autora através dos dados do GRI (2019).